

2

A leitura é a apoteose da escrita

Houve um tempo em que um autor, do alto de sua torre de marfim – ou não –, colocava no papel sua “inspiração” e ali, a obra se fazia e se completava. O sentido do texto não dependia de mais nada, estava ali, claro, evidente, como que transparente, entre o parágrafo inicial e o ponto final. O autor era soberano; no máximo, poderia dividir seu poder com os livreiros-editores e com os reis, duques ou outros nobres que o patrocinavam e, conseqüentemente, legitimavam sua atividade – não por acaso nas folhas de rosto dos livros do Século XVII, por exemplo, apareciam os três nomes: o do autor, do “editor” e daquele responsável pelo patronato. Ao leitor, cabia apenas perceber a verdade do livro. Única, absoluta.

O autor foi, assim, por séculos, o dono da história, o criador do “sentido” da obra; o leitor, eco. Eco e passividade.

[...] a tarefa do leitor era, a partir de dados retóricos, reconstituir esse texto, descobrir o seu sentido encoberto. Para isso chegava a encarnar em si próprio a imagem projetada pelo autor, do qual devia constituir um duplo e com o qual deveria estabelecer um consenso.³

A literatura era entendida como um produto fechado e a função de recepção, desprestigiada por diversas correntes teóricas – como o estruturalismo, por exemplo –, cada qual com sua proposição, mas todas deixando o leitor à margem.

Até que em 1967, o teórico alemão Hans Robert Jauss, em sua aula inaugural na Universidade de Konstanz, propôs-se a reescrever a história da leitura, criticando os que “compreendem o fato literário encerrado no círculo fechado de uma estética da produção e da representação. Com isso, ambos privam

³ SOUZA LIMA, Vera Lúcia Rocha. A formação de repertório de leituras. In: *Pensar a leitura: Complexidade*, organização: Eliana Yunes. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002, p.76.

a leitura de uma dimensão que é componente imprescindível tanto de seu caráter quanto de sua função social: a dimensão de sua recepção e de seu efeito”.⁴

A conferência de Jauss, cujas idéias seriam aprofundadas por ele mesmo em teses seguintes, estabelecia uma linha divisória fundamental para a literatura: a partir dali não se valorizaria só a produção escrita, o texto em si, mas também aquele que o recebia, que completava o ciclo, o leitor. O texto passaria a ser visto não mais como uma estrutura a priori, mas como um organismo vivo, um objeto dinâmico, que se modifica a cada vez que um leitor investe nele seu imaginário. O texto em construção, atualizado a cada leitura. Ao fazermos uma leitura, carregamos, assim, tudo o que lemos antes – como uma obra de arte: podemos vê-la sem nunca ter visto nenhuma obra à qual ela faça referência; mas, caso tenhamos visto, não podemos não nos lembrar do que vimos. Assim, cada leitura é o resultado das leituras anteriores e cada leitura é, por esse motivo – mas não só – única.

Não à toa Umberto Eco diz: “um texto é um mecanismo preguiçoso que vive da valorização de sentido que o destinatário ali introduziu”⁵, ou ainda, mais ironicamente: “o autor deveria morrer depois de escrever para não perturbar o caminho do texto”⁶.

O texto deixa, assim, de representar um “título de propriedade” do autor, e este passa, por sua vez, a ser um elemento do discurso (a “função-autor” designada por Foucault), uma figura que funciona no discurso – uma função, portanto, e não necessariamente um indivíduo. “O autor é pura ausência”⁷.

Wolfrang Iser, outro teórico integrante do grupo alemão da estética da recepção, reforça que o texto é um processo, que abrange desde a reação do autor ao mundo até a experiência do leitor. Para Iser, a obra constitui-se em dois pólos: o artístico, que designa o texto criado pelo autor, e o estético, a concretização

⁴ JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994, p.22.

⁵ ECO, Umberto. *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. Trad. Atílio Cancian. São Paulo: Perspectiva, 1986, p.37.

⁶ ECO, Umberto. *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Trad. Letizia Zini Antunes e Álvaro Lorencini. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p.12.

⁷ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Lisboa: Veja, 1992.

produzida pelo leitor. É na convergência desses dois pólos, na sua interação, que a obra se realiza⁸.

Por essa razão, para Alberto Manguel, a relação que existe entre o escritor e o leitor é deliciosamente paradoxal: para que um texto viva, o escritor deve “morrer”, se retirar, deixar de existir. Enquanto o escritor estiver presente, o texto continuará incompleto. Somente quando o escritor se afasta, é que o texto “acontece”, ganha vida ativa. “Trata-se de uma relação frutífera, mas anacrônica, entre um criador primordial que dá à luz no momento da morte e um criador *post-mortem*, ou melhor, gerações de criadores *post-mortem* que possibilitam que a criação fale e sem os quais toda escrita está morta”.⁹

Assim, como diz Derrida, qualquer texto escrito é elegível, mesmo se o momento de sua produção estiver irrevogavelmente perdido e mesmo que não saibamos o que seu suposto autor conscientemente pretendia dizer no momento de escrevê-lo.¹⁰

O escritor pode, portanto, conceituar seu texto como desejar, mas o leitor não estará confinado a nenhuma interpretação. Isso significa dizer que leitor e autor não precisam “estar em consenso”. Cabe ao leitor fazer a sua leitura e com ela dar vida ao texto, que, sem sua participação, permaneceria para sempre adormecido. Nesse sentido, “a leitura é a apoteose da escrita”.¹¹

Se ler é cumulativo e avança em progressão geométrica, como diz Manguel (cada leitura baseia-se no que o leitor leu antes), escrever também é, segundo Borges, escrever de novo: um livro é sempre a memória de outros livros. Ao escrever, o escritor carrega o que é, o que viveu, o que leu. O texto, portanto, dialoga com todos os textos anteriores (e também os posteriores), textos do autor e de outros autores.

É desse caráter dialógico da linguagem que nos fala o teórico russo Mikhail Bakhtin. Em toda a sua obra, Bakhtin reitera a idéia da natureza relacional ou dialógica do discurso: o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem; a condição mesmo do sentido do discurso.

⁸ ISER, W. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

⁹ MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Trad: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.207.

¹⁰ DERRIDA, Jacques. *De la grammatologie*, Paris, 1976.

¹¹ MANGUEL, Alberto, op. cit., p. 208.

Isso significa ver a linguagem como uma criação coletiva, ou seja, parte de um diálogo cumulativo entre o “eu” e o outro, ou ainda, entre muitos “eus” e muitos outros. Bakhtin afirma que tudo que é dito, tudo que é expresso por um falante, por um enunciador, não pertence só a ele. Nesse sentido, a alteridade define o ser humano: o eu não está “lacrado”, é capaz de atravessar a fronteira e de imaginar o outro como sujeito e de se ver como objeto. É impossível pensar, assim, no homem fora das relações: a interação entre interlocutores é mesmo o princípio fundador da linguagem.

Neste sentido, uma obra gira em torno dos eixos do eu e do outro, das fronteiras entre as particularidades de nossa experiência e a experiência do outro.

O conhecimento é, como diz Bakhtin, fundamentalmente um processo dialógico – fora da relação com o outro, não há sentido: seja qual for o discurso, ele nunca será autônomo. Não é também individual porque se constrói entre pelo menos dois interlocutores que por sua vez são seres sociais. Não é individual também porque se constrói como um diálogo entre discursos, ou seja, mantém relações com outros discursos. O discurso se elabora em vista do outro: o outro perpassa, atravessa, condiciona o discurso do eu.

Bakhtin examina o dialogismo em dois aspectos: o da intertextualidade no interior do discurso e o da interação verbal entre o enunciado e o enunciatário do texto. Em todo discurso, são percebidas vozes – vozes que polemizam entre si, que se entrecruzam no tempo e no espaço, vozes que se completam e que respondem umas às outras, cada uma ecoando de uma determinada forma.

Esse jogo dramático das vozes, denominado também de polifonia, ou mesmo intertextualidade, é uma forma especial de interação, que torna multidimensional a representação. É a dicção multiforme, a tensão dialética – e não a síntese do conjunto – que instaura a polifonia de uma obra, configurando a arquitetura do discurso.

A intertextualidade não deve ser entendida, no entanto, como um fenômeno necessário à constituição de um texto; ao contrário, ela deve ser percebida como inerente à constituição do discurso. Isso significa dizer que o homem não é construído através dos textos, ele se constrói no texto. A intersubjetividade, diz Bakhtin, é anterior à subjetividade, pois a relação entre os

interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto.

O sentido do texto e das palavras depende, assim, da relação entre sujeitos, ou seja, constrói-se na produção e interpretação dos textos. Nesse sentido, a interpretação envolve o sistema de valores do enunciador e do enunciatário, que participam da construção dialógica do sentido, diálogo que é, por natureza, inconcluso.

Bakhtin afirma que nenhum vocábulo pode ser compreendido em si mesmo, já que todos os termos de um texto vêm inseridos em múltiplas situações, em diferentes contextos lingüísticos, históricos e culturais. A palavra penetra literalmente em todas as relações entre os indivíduos, tecida a partir de uma multidão de fios ideológicos e servindo de trama a todas as relações sociais, em todos os domínios. Nesse aspecto, as palavras são o indicador mais sensível das transformações sociais. Realizando-se no processo de relação social, todo signo ideológico e, portanto, também o signo lingüístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados.¹²

Bakhtin acredita que a arte, como todos os produtos da atividade humana, nasce “na e para” a sociedade, portanto, é essencialmente social. O meio social afeta a arte, de fora, encontrando resposta direta e intrinsecamente dentro dela.

A literatura, por sua vez, reflete e refrata o conjunto do horizonte ideológico do qual ela própria faz parte. Refrata os discursos circundantes de outras esferas ideológicas e incide sobre esses outros discursos. O que Bakhtin nos diz é que o fenômeno literário, como qualquer outro fenômeno ideológico, determina-se simultaneamente de fora (extrinsecamente) e de dentro (intrinsecamente). De dentro, é condicionado pela linguagem e pela própria literatura e de fora, pelas outras esferas da vida social.

Nesse sentido, na concepção bakhtiniana, é um equívoco tentar isolar o estudo da literatura, separando a linguagem do seu conteúdo ideológico ou vivencial. Para ele, não há significado literário externo à comunicação social geral. Bakhtin defende a interrelação de séries múltiplas – a série literária, a série de outros textos ideológicos e a própria história. Toda enunciação é, portanto, um diálogo; faz parte de um processo de comunicação ininterrupto:

¹² BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 44.

não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.¹³

A tarefa da teoria da literatura não é, assim, nem pinçar, na obra literária, os reflexos da realidade extraliterária, como proclamavam os marxistas, nem chegar a descobrir como o texto foi construído – como queriam os formalistas. É antes: tentar compreender como ocorre, nos textos da literatura, a produção do sentido; como o discurso literário vem a significar o que ele significa.

Para Bakhtin, o discurso verbal está vinculado à vida e só nela ele encontra o seu verdadeiro sentido. É o contexto extraverbal que faz com que o discurso verbal não seja apenas um fenômeno lingüístico, mas um enunciado pleno de sentido para o ouvinte. A ciência literária deve ser tratada como um ramo do estudo das ideologias.

Assim, o que importa não é a explicação, que ele considera monológica, mas a compreensão, que implica na presença de duas consciências, no encontro de dois sujeitos imersos no diálogo. À visão monológica dominante, o lingüista contrapôs sua visão de mundo pluralista e polifônica.

A partir do momento em que se considera a ação participativa do leitor, emerge o termo “repertório”.

O repertório diz respeito a todas as referências textuais que podem ser apresentadas sob a forma de alusões históricas, regras sociais, menções ao contexto sociocultural da obra, enfim, a todo o tipo de realidade extratextual, a todos os sistemas de pensamento que o texto escolheu e incorporou, ao lado das alusões literárias que constituem a realidade intratextual.¹⁴

Wolfgang Iser considera que os repertórios do texto como emissor e do leitor como receptor devem sobrepor-se, já que os elementos comuns são os elementos necessários para a concretização, entendida aqui como participação do leitor. A atualização do repertório depende da mobilização do sistema de referências do leitor, de modo a promover a interpretação – isso porque o texto é representação, não imitação.

¹³ Ibid., p. 95.

¹⁴ SOUZA LIMA, Vera Lúcia Rocha, op. cit, p. 76.

Cada leitor fará sua leitura, produzindo sentido próprio para aquilo que lê, remontando o objeto anteriormente montado pelo autor. Jean-Claude Carrière nos lembra que, “independente da nossa própria vontade, carregamos dentro de nós formas invisíveis, que determinam a maneira pela qual vemos e retratamos o mundo”.¹⁵

A própria origem da palavra ler mostra a relação entre leitura e memória: *legere*, verbo latino, em sua primeira acepção, significava colher, ajuntar, armazenar. Daí, a associação:

Se *legere* era colher e armazenar, *legere*, no sentido de ler, também implica o ato de colher e de armazenar. Mas colher o quê? E armazenar onde? Poderíamos dizer que aqui o ato de colher é o ato de colher conhecimentos que são armazenados na memória, o grande celeiro dos nutrientes da vida pessoal e da história coletiva de uma sociedade? Para nós é justamente isto que o ato de ler significa.¹⁶

A leitura repete, então, o movimento introspectivo existente no trabalho da memória e nos arrasta para dentro de nós mesmos. Paradoxalmente, a leitura nos põe em íntima sintonia com o mundo:

Ao isolamento do leitor, corresponde um movimento oposto que é o da volta ao mundo lá fora, ao comércio com os outros, quando através do que compreendeu, aprendeu, vivenciou, multiplicará a experiência absorvida em suas leituras, sem que para isso seja necessário referir-se ao livro.¹⁷

Joel Birman nos fala que a leitura implica em duas operações fundamentais: reconhecimento e compreensão. No reconhecimento, o leitor é surpreendido e desarticulado pelo impacto da leitura; na compreensão, ele se ordena pela elaboração do sentido que o impactou.

Dessa maneira, a leitura tem uma dimensão irruptiva, pois desarticula os sentidos instituídos e codificados, entreabrindo a possibilidade para a produção de outros sentidos. “O leitor é desconcertado pela leitura, que o desarruma nos seus sistemas de referência. Um certo livro não passa em branco para um leitor

¹⁵ CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Trad.: Fernando Albagli e Benjamin Albagli. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2206, p.38.

¹⁶ SUTTER, Miriam. Pelas veredas da memória: revisitando ludicamente velhas palavras. In: *Pensar a leitura: Complexidade*, organização: Eliana Yunes, op. cit., p.71.

¹⁷ CHIARA, Ana Cristina de Rezende. *Leitura e Memória* - Espaço teórico realizado em Seminário de Leitura promovido pelo PROLER em 30/04/1993.

determinado justamente quando uma experiência desconcertante desta ordem se realiza”.¹⁸

Se o texto é capaz de desconcertar sistemas de referência, podemos dizer que uma obra é resultado de todas as suas recepções. Aliás, Eco acredita que a capacidade de um texto de gerar leituras, sem nunca esgotar-se, é o que faz seu efeito poético.¹⁹

O texto, portanto, não traz só respostas, mas formula perguntas. A polissemia é inerente ao texto: “À multiplicidade de linguagens acrescentamos à multiplicidade de leituras. À serenidade da verdade em repouso no texto opomos a produtividade da leitura. Ao sentido fixo, contrapomos a vertigem da produção permanente de significação.”²⁰

Se a linguagem é que organiza nossa realidade e imaginário, e o sujeito é constituído pelo inconsciente e pela ideologia, toda leitura e todo leitor têm, por trás, algumas histórias:

São histórias que precisam ser contadas pra que o sujeito, em sua condição de leitor, possa entender de que modo está produzindo sentidos para aquilo que lê, seja pelo reconhecimento (crítico) de sua inscrição em processos ideológicos que naturalizam determinados sentidos gerando a sensação de que se trata de sentidos óbvios, seja pela possibilidade de sua filiação a outros processos de produção de sentidos, promovendo, deste modo, novos gestos de significação na leitura.²¹

Michel de Certeau, em metáfora inspirada, compara leitores a caçadores: “os leitores circulam sobre as terras de outrem, caçam furtivamente, como nômades através de campos que não escreveram”²², nos diz ele. Interessante notar que se um lado os leitores colhem (pela aproximação do verbo ao sentido latino de *legere*), eles também caçam... Ou seja, leitores buscam, escolhem, procuram, juntam, colhem e caçam, peregrinando por terras que não são suas, vigiando, vigilantes, sobre o solo da linguagem.

¹⁸ BIRMAN, Joel. *Leitura crítica: questões sobre recepção*, p. 104.

¹⁹ ECO, Umberto, op. cit., p.13.

²⁰ LÁZARO, André. *Leituras e Linguagens* - Espaço teórico realizado em Seminário de Leitura promovido pelo Proler em Arcozelo RJ, maio de 1993, p. 65.

²¹ MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Leitura e condição do leitor. In: *Pensar a leitura: Complexidade / organização*: Eliana Yunes, op. cit., p.108.

²² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 269.

De Certeau podemos ir a Roger Chartier, que usa também o sentido da “peregrinação”, para falar, não do leitor, mas das obras, aproximando, mais uma vez, o texto da recepção. “As obras escapam e ganham densidade, peregrinando, às vezes na mais longa jornada, através do mundo social”²³, diz Chartier. Como o leitor, é a obra: ambos peregrinam.

Na perspectiva recepional e antropológica de Chartier, “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados.”²⁴ As obras não têm sentido estático, universal, fixo. “Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção”.²⁵

A história da leitura pressupõe a liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro pretende lhe impor. Liberdade leitora que não é absoluta, mas cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam as práticas de leitura.

Para Roger Chartier, as representações do mundo social, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Até o escritor cria na dependência – dependência não só em face das regras (mercado, etc.) que definem a sua condição, mas, sobretudo, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que a tornem comunicável. Daí a necessidade de relacionar os discursos com a posição de quem os utiliza.

Portanto, para Chartier, as percepções do social não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas, que tendem a impor uma autoridade à custa de outros discursos, a legitimar um projeto reformador, ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, falar de representações é falar em termos de poder e dominação.

Neste contexto, a tarefa do historiador é a de reconstruir as variações que diferenciam “os espaços legíveis”, os textos nas suas formas discursivas e materiais, e as que governam as circunstâncias da “efetuação” do texto – ou seja, as leituras aqui compreendidas como práticas concretas e procedimentos de interpretação. No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito, coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a

²³ CHARTIER, Roger, op. cit., p. 9.

²⁴ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*, p.77.

²⁵ CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 9.

apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.

Para Chartier, são insuficientes as abordagens que consideram o ato de ler como uma relação transparente entre o texto (apresentado como uma abstração, reduzido ao seu conteúdo semântico, como se existisse fora dos objetos que o oferecem à decifração) e o leitor (também abstrato, como se as práticas através das quais ele se apropriasse do texto não fossem histórica e socialmente variáveis).

Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – que cabia à crítica identificar –, Chartier dirige-se às práticas que, pluralmente e contraditoriamente, dão significado ao mundo: os textos não existem fora de uma materialidade que lhes dá existência; o leitor pertence a uma comunidade de interpretação e se define em relação às capacidades de leitura; toda comunidade de leitura tem suas normas, regras, convenções e códigos de leitura próprios. Dá-se, assim, uma realidade sociocultural à figura do leitor.

Embora o sentido do texto dependa das competências e expectativas dos diferentes públicos que dele se apropriam, não se pode esquecer que o texto impõe limites à liberdade do leitor: “não existiria, nesse sentido, uma autonomia completa da leitura, mas a promessa de uma autonomia, que permite ler no quase ilimitado”.²⁶ Assim, ao lado da intenção do leitor, existe a intenção da obra, que funciona como um elemento regulador entre aquilo que o autor quis dizer e o que o leitor gostaria de ler. O leitor irá, portanto, até onde o texto permitir, a não ser que sua leitura se transforme em superinterpretação. “Minha aventura de leitor teria dois limites: o que sei e o que o texto sabe.”²⁷

Esse limite não retira da leitura seu “caráter vadio”, livre. Pelo contrário: a interpretação, como diz Stanley Fish, não é a arte de entender, mas a arte de construir²⁸. Fish considera que nossas estratégias interpretativas não são isoladas, mas têm sua origem em um sistema de inteligibilidade que é público. Ou seja, os meios através dos quais os objetos são construídos são sociais e convencionais.

²⁶ CARNEIRO, Flávio. *A ordem dos livros*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 43.

²⁷ *Ibid.*, p.41.

²⁸ FISH, Stanley. *Como reconhecer um poema ao vê-lo*, Palavra, Departamento de Letras da PUC-Rio, n.1. Rio de Janeiro: Grypho, 1993.

Na medida em que o sistema (nesse caso o sistema literário) nos limita, ele também nos dá forma, provendo-nos de categorias de entendimento com as quais nós, em contrapartida, damos forma às entidades para as quais podemos, então, nos voltar. Em resumo, à lista de objetos feitos ou construídos temos que acrescentar nós mesmos, pois somos, tanto quanto os poemas e as indicações de leitura que vemos, produtos de estruturas de pensamentos sociais e culturais.²⁹

Por isso, ao mesmo tempo em que os leitores fazem o significado; os significados, enquanto categorias culturalmente constituídas (e também construídas), fazem os leitores.

Guattari nos chama atenção para o fato de a subjetividade ser essencialmente social, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O indivíduo pode viver a subjetividade entre dois extremos: em relação de alienação e opressão, na qual se submete à subjetividade tal como a recebe, ou em relação de expressão e criação, na qual se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de singularização.³⁰

A sociedade capitalista tende a bloquear os processos de singularização e instaurar processos de individualização. Agiríamos sob um determinado padrão, imposto para anular qualquer singularização. Qualquer desvio ao padrão é imediatamente enquadrado, rejeitado, punido. Singularizar-se é, portanto, resistir à massificação, ao perfil individualista com que a modernidade vem consagrando o sujeito.

A leitura nos possibilita ocupar nossa posição singular, resistindo a todos os empreendimentos de nivelção da subjetividade. Ao mesmo tempo, a produção do sentido implica em nossa apropriação do texto, imprimindo nele nossa marca mais que individual, singular.

Os significados que conferimos aos textos, se não são objetivos, também não são subjetivos, como nos lembra Guattari:

[...] eles não serão objetivos porque serão sempre produtos de um ponto de vista e jamais serão simplesmente “lidos”, e não serão subjetivos porque este ponto de vista será sempre social ou institucional. Ou, pelo mesmo raciocínio, poderíamos dizer que eles são tanto subjetivos quanto objetivos; são subjetivos porque são inerentes a um ponto e vista particular, não sendo, portanto, universais; e são objetivos porque o ponto de vista que os origina é público e convencional e não específico ou único.³¹

²⁹ Ibidem, p. 162.

³⁰ GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

³¹ Ibid., p. 164.

Jauss reafirma: quando lemos, carregamos para a leitura as marcas da sociedade em que vivemos, a classe a que pertencemos, nossa história pessoal. E claro, tudo o que lemos antes... Toda leitura, embora produção individual, tantas vezes silenciosa, é mais que uma produção individual, é produção coletiva, contextualizada.

A leitura, nesse sentido, não é ingênua, não é isolada, não é descomprometida. É marcada pela historicidade. Nossa memória nos ajuda a escrever o texto que lemos: ela limita, mas ao mesmo tempo liberta. “A recepção também inventa, desloca e distorce”,³² diz Chartier.

Leitura rebelde, vadia; leitura que permite descobrir e descobrir-se. Leitura ativa, que propõe o diálogo – é ela que desejamos fazer.

Aos atos de leitura.

³² CHARTIER, Roger, op. cit., p. 9.